

II) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(ii) Mensuração subsequente

Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado:
Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
 - A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo.

Ativos financeiros: Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Compensação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção e o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Hedges de fluxo de caixa

A Companhia utiliza contratos de swap como hedge para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações de dívida realizadas. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira, quando existente, é reconhecida como despesa financeira.

Para quaisquer hedges de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram.

Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

(vi) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS) e perda com instrumentos financeiros derivativos.

K) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

L) Resultado por ação básico e diluído

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

M) Demonstrações de valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, como parte integrante das demonstrações financeiras.

N) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes.

Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (RI) e CPC 32 (IAS 12).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como:

- IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) - é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivalente CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro;
- Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis (equivalente ao CPC 23);
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivalente ao CPC 26 (RI));
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 - Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro); e
- Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

O) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06);
- Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financiamentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (RI) respectivamente).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa	1	8
Bancos conta movimento	4.357	2.468
	4.358	2.476

5. Aplicações financeiras

Modalidade	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	18.494	294.726
Fundo de Investimento Sifra	39.395	196.125
	57.889	490.851

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB e do fundo de investimento é em média 102,73% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,62% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A carteira dos fundos de investimentos onde a Companhia detém cotas, correspondem a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivo. O fundo é registrado junto a CVM.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros.

6. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Serviços de água e esgoto	321.897	286.602
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	28.970	23.028
(-) Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	(55.109)	(44.880)
	295.758	264.750

Circulante	239.888	203.890
Não circulante	55.870	60.860

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim representados:

Classe de consumidor	Saldo vencidos					Total em 2023
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 730 dias	Mais de 731 dias	
Residencial	64.020	40.870	34.025	-	-	74.895
Comercial	14.581	6.461	6.281	-	-	12.742
Industrial	199	1	15	-	-	16
Sector público	15.119	7.190	9.293	12.593	-	29.076
Subtotal consumidores	93.919	54.522	49.614	12.593	-	116.729
Renegociações (i)	100.795	6.691	1.961	1.419	383	10.454
	194.714	61.213	51.575	14.012	383	127.183

Classe de consumidor	Saldo vencidos					Total em 2022
	Saldos a vencer	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	De 366 a 731 dias	Mais de 731 dias	
Residencial	54.623	44.365	23.186	-	-	67.551
Comercial	10.768	6.689	3.574	-	-	10.263
Industrial	1.022	20	44	-	-	64
Sector público	12.004	7.553	7.785	6	-	15.344
Subtotal consumidores	78.417	58.627	34.589	6	-	93.222
Renegociações (i)	105.694	6.104	1.960	1.198	7	9.269
	184.111	64.731	36.549	1.204	7	102.491

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2023 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R\$ 18.927 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 9,16% a.a. (R\$ 13.165 e 6,22% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, foram registrados no resultado do exercício o montante líquido de R\$ 5.762 de ajuste a valor presente (R\$ 3.756 em 31 de dezembro de 2022).

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes tem as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Natureza	Resultado			
	Saldo em 2022	Adições	Reversões	Saldo em 2023
Privado (ii)	(23.318)	(42.311)	33.239	(32.390)
Público	(244)	-	244	-
Renegociações	(21.318)	(16.509)	15.108	(22.719)
	(44.880)	(58.820)	48.591	(55.109)

Natureza	Resultado			
	Saldo em 2021	Adições	Reversões	Saldo em 2022
Privado (ii)	(18.342)	(38.225)	33.249	(23.318)
Público	(244)	(410)	410	(244)
Renegociações	(21.938)	(13.034)	13.654	(21.318)
	(40.524)	(51.669)	47.313	(44.880)

As baixas e recuperações de títulos tem as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Natureza	Resultado			Total em 2023
	Baixas	Recuperações (iii)		
Privado (ii)	(33.323)	20.373		(12.950)
Público	(10)	11		1
Renegociações	(19.372)	20.536		1.164
	(52.705)	40.920		(11.785)

Natureza	Resultado			Total em 2022
	Baixas	Recuperações (iii)		
Privado (ii)	(33.369)	17.303		(16.066)
Público	(162)	285		123
Renegociações	(13.487)	15.690		2.203
	(47.018)	33.278		(13.740)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial.

(iii) Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados com ação da Companhia por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

7. Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e inclui salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2023, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R\$ 3.773 (R\$ 3.484 em 31 de dezembro de 2022).

Controladora

A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações Ltda. e a controladora direta é a Camastra Participações e Administração S.A. ("Camastra" que detém 99,99% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como controladora indireta a Aegea Saneamento e Participações S.A que detém 67,92% das ações que representam o capital social da Camastra.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas, companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes.

As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2023	2022
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas (d)		
Águas de Primavera S.A.	221	106
Águas de Sinop S.A.	159	165
Outras partes relacionadas	104	149
	484	420
Adiantamento a fornecedores		
Aegea Saneamento e Participações S.A.(f)	2.016	-
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	52.584	6.546
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	7.592	4.387
	60.176	10.933
	62.676	11.353
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 10)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	-	2.820
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	13.607	1.121
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	252	73
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	998	720
	14.857	4.734
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	36	36
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	-	209
	36	245
	14.893	4.979
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(43.937)	(33.298)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(2.978)	(2.820)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(3.212)	(2.484)
	(50.127)	(38.602)
Receitas Financeiras		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	2.647	-
	(47.480)	(38.602)

(a) Refere-se a serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos.

(b) Refere-se a serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.

(c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário.

(d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais.

(e) Refere-se aos rendimentos com debêntures privadas.

(f) Adiantamentos financeiros reconhecidos em outros créditos no ativo circulante

8. Ativo de contrato da concessão

	2023	2022
--	------	------